



# **Biblioteca da Assembleia da República**

## **DOSSIER DE IMPRENSA**



## HERESIAS

● CARLOS ABREU AMORIM

PROFESSOR UNIVERSITÁRIO

BPN aos  
quadrinhos

Neste momento, começa a ser difícil descrever o caso BPN só em palavras – temos de recorrer à graça peculiar que a banda desenhada sugere.

Alguns dos nomes dos protagonistas parecem fadados para histórias aos quadrinhos. Leio que alguém, sintomaticamente chamado ‘Caprichoso’, recusa falar na comissão de inquérito. Outro, designado por ‘Comprido’, revelou ter a memória em estado directamente oposto àquele com que foi baptizado e limitou-se a dizer “não me recordo”, “não tenho presente”. Há notícia de que um tal ‘Fantasia’ comprou os terrenos do futuro aeroporto de Alcochete pouco antes de a Ota ser abandonada.

Seria bom que surgisse um António ‘Indiscreto’ ou um Jorge ‘Linguareiro’ para ver se a história era deslindada de uma vez.



actual 1

**Processo.** São vários os casos investigados que dizem respeito à gestão de Oliveira Costa, ex-presidente do BPN. O banqueiro é suspeito de ter colocado um milhão de euros na Suíça, de ter um saldo pessoal de 9 milhões no Banco Insular através de uma conta secreta, denominada 'A1'. Contratos de recompra de acções a certos accionistas também estão sob investigação



Buraco financeiro no BPN atingiu os mil milhões de euros



Teixeira dos Santos e Vitor Constandino anunciaram a nacionalização



Miguel Cadilhe manifestou-se contra a nacionalização do banco



Oliveira Costa foi detido a 19 de Novembro. Suspeito de seis crimes



O caso BPN apanhou Dias Loureiro em várias contradições

# TODAS AS SUSPEITAS CONTRA OLIVEIRA COSTA

■ CARLOS RODRIGUES LIMA

Sentado em frente ao juiz Carlos Alexandre, José de Oliveira Costa começou por reconhecer a sua letra num *post-it* que lhe foi exibido. Quando lhe pediram para ler, voltou atrás. Afinal, já não reconhecia nada. É que no papel estava inscrita uma instrução para a transferência de um milhão de euros para a Suíça. Esta situação valeu ao ex-presidente do BPN a suspeita de um crime de branqueamento de capitais. Mas há mais: um saldo pessoal de 9 milhões de euros no Banco Insular, a suspeita de ter retirado dinheiro de contas de clientes para pagamento de dívidas fiscais e a celebração de contratos de recompra de acções com um núcleo restrito de accionistas por valores acima do mercado.

José de Oliveira Costa foi detido a 19 de Novembro por suspeitas de seis crimes, alegadamente cometidos no exercício de funções de presidente do BPN. Segundo o último acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, que confirmou a prisão preventiva do banqueiro, a que o DN teve acesso, são vários os casos que o Ministério Público (MP) está a investigar. A começar pela criação da *offshore* Jared Finance LLC. A conta desta empresa "foi debitada por um valor total de 32 milhões de euros destinados a compensar prejuízos de contas de investimento", diz o procurador Rosário Teixeira, o responsável pela investigação. Mas teve outra função: "Permitiu ainda a realização de pagamentos

a administradores sem qualquer manifesto fiscal, através da mobilização de numerário", acrescentou o procurador.

## O 'pote' do Banco Insular

A Jared, ainda de acordo com os elementos recolhidos pela investigação, terá sido também utilizada para repor dinheiro em contas de clientes do BPN: "Indicia-se ainda que alguns fundos angariados em numerário pelo *private banking* do BPN eram directamente entregues a José Oliveira Costa, que os não fazia depositar nas contas dos clientes, mas procedia à utilização do numerário para a realização de despesas ocultas". Depois, era a Jared que repunha os valores.

## Depósitos em numerário de clientes eram entregues a Oliveira Costa

No centro da investigação está ainda o Banco Insular (BI), uma espécie de tacho vazio que continua a ser rapado. Oliveira Costa, segundo a investigação, era o titular da conta A1, através da qual terá levantado 9 milhões de euros, sem fazer qualquer depósito. Mas, para o MP, foi encontrada uma forma de financiamento do BI, a qual passava pela "utilização oportunista e oculta dos clientes de fundos que estes depositaram aos balcões do BPN e apenas destinados ao BPN Cayman e ao BPN IFI". Terá sido através deste esquema que o antigo presidente do BPN foi sacar 880 mil euros "para pagamento de uma dívida de impostos" pessoal.

A entrada e saída de dinheiro do Insular levou ainda os investigadores à pista do negócio de compra e venda de obras de arte e à empresa Filomena Soares & Santos, com quem Oliveira Costa terá uma relação negocial bastante próxima, ao ponto de colocar nas contas daquela empresa "fundos que o próprio arguido obteve por via dos negócios ilícitos". Terá sido de uma conta da empresa que foi movimentada a soma de um milhão de euros para um banco na Suíça, um dado recolhido pela investigação, que

serviu para cimentar as suspeitas de perigo de fuga.

Ora, a 19 de Novembro de 2008, depois de o procurador Rosário Teixeira apresentar as provas recolhidas, o juiz Carlos Alexandre decretou a prisão preventiva de Oliveira Costa, escrevendo: "Os mencionados factos são extremamente graves, afectando a credibilidade das instituições bancárias, dos seus responsáveis de topo e dos procedimentos e mecanismos de supervisão." A 5 de Fevereiro deste ano, o Tribunal da Relação de Lisboa confirmou a preventiva.

No recurso, os advogados de Oliveira Costa alegaram o "débil estado de saúde" do arguido para reclamar a substituição da preventiva pela prisão domiciliária. Mas não convenceram os juizes da Relação. Fátima Mata-Mouros e Calheiros da Gama afirmaram que "não foi um arguido com perda de equilíbrio de forma continuada que as televisões mostraram" quando Oliveira Costa foi ao Parlamento. ■

## Ex-líder do BPN é suspeito de ter sacado 9 milhões do Banco Insular

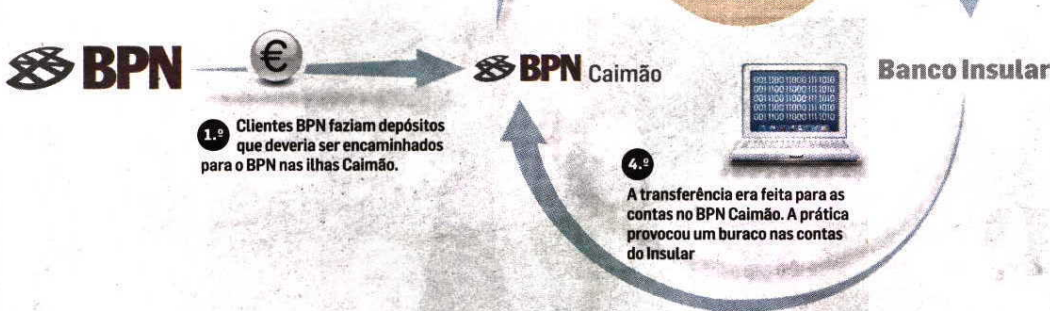
VEJA MAIS  

 Dossier - Toda a história do caso BPN, contada em textos, fotografias e vídeos



**Como o dinheiro entrava e saía do Banco Insular**

Segundo a investigação, a engenharia financeira montada por Oliveira Costa passava pelo financiamento do Banco Insular através das contas dos clientes BPN.



**Loureiro pode ser acareado na AR**

CDS quer confrontar versão do actual conselheiro de Estado com a do ex-administrador Francisco Comprido

A Comissão Parlamentar de Inquérito ao caso BPN vai deliberar em breve "a hipótese de acareação entre Manuel Dias Loureiro e o ex-administrador do BPN Francisco Comprido", referiu ontem ao DN Maria de Belém Roseira. Em causa está o facto de Francisco Comprido, presidente do fundo que detinha uma participação na empresa de Porto Rico Biometrics, ter declarado, no Parlamento, não ter tido qualquer papel no contrato de venda desse activo em 2002, nem ter passado procuração a Dias Loureiro que aparece a assinar o documento. A presidente da Comissão de Inquérito adiantou que só numa próxima reunião para se tratar de questões de expediente é que tal acareação, proposta por Nuno Melo (CDS), será decidida.

A deputada referiu, ainda, que se espera que até ao final desta semana a Comissão de Inquérito receba o parecer do juriconsulto Nuno Piçarra para que se fundamente junto do Tribunal da Relação o pedido de levantamento de sigilo profissional bancário que tem levado vários inquiridos a se escusarem a revelar dados.

Ontem, a Comissão de Inquérito ouviu à porta fechada - a pedido dos próprios - José Monteiro, Revisor Oficial de Contas (ROC), e Victor Loureiro, com iguais funções no BPN-Imofundos.

A audição dos ROC foi solicitada pela bancada do PS, mas fonte da Comissão de Inquérito referiu que é pouco provável que "estes pudessem detectar qualquer problema nas contas apresentadas, uma vez que diversas personalidades referiram que os Relatórios e Contas do BPN eram alterados pelo próprio Oliveira Costa". ■ EVA CABRAL

**A conta secreta de Oliveira Costa**

**BANCO INSULAR**

No sistema informático do BPN não havia nenhuma referência directa à conta de Oliveira Costa no Banco Insular. Apenas a referência A1. Ao que o DN apurou, outros administradores do BPN tinham este tipo de contas no banco de Cabo Verde. As designações eram sequenciais: havia também o A2, A3, A4 e um B1. Segundo a investigação, Oliveira Costa apenas fazia movimentos a débito, "sem qualquer suporte em contratos de financiamento, revelando um propósito de apropriação". "É um típico exemplo de uma forma de proceder que permitiu ao arguido a obtenção de um acréscimo patrimonial, que hoje acaba por se traduzir na detenção de uma posição accionista de cerca de 6% do grupo", descreveu o procurador.

**Advogado fala em assalto ao BPN**

**SUBSTITUIÇÃO**

O recurso do antigo presidente do BPN pedia aos juizes desembargadores do Tribunal da Relação de Lisboa a substituição da prisão preventiva pela domiciliária. O seu advogado, Leonel Gaspar, descreveu assim como se encontra Oliveira Costa: "Com os seus 73 anos, de saúde débil e em constante degradação, encontra-se preso, arruinado, em grande parte por acção de terceiros, os quais, na sua ambição, tomaram de assalto os grupos económicos SLN e BPN." O advogado diz ainda que o "arguido nem sequer pode dispor dos poucos bens pessoais" que detém, encontrando-se numa situação de total fragilidade.

**Prisão preventiva revista em Maio**

**DECISÕES**

Até agora, os tribunais chamados a apreciar a prisão preventiva de Oliveira Costa têm sido unânimes: é para manter. Primeiro, foi o juiz Carlos Alexandre, do Tribunal Central de Instrução Criminal, a decretar a medida de coacção. Depois, a 5 de Fevereiro, os juizes desembargadores Fátima Mata-Mouros e Calheiros da Gama confirmaram a decisão, considerando, em resumo, que a prisão preventiva foi a "medida de coacção proporcional, quer à gravidade dos crimes quer às sanções que previsivelmente venham a ser aplicadas". 15 dias após esta decisão, Carlos Alexandre reviu a situação, mantendo tudo como está. De acordo com a lei, a preventiva é revista de três em três meses. Ou seja, em Maio haverá uma nova decisão.

**A luta pelo acesso a todo o processo**

**REFORMA PENAL**

A situação tem sido recorrente nos tribunais. Com as alterações ao regime do segredo de justiça, além da discussão sobre a matéria de facto dos processos, Ministério Público e defesas têm um segundo campo de batalha: o acesso aos autos. No caso do processo a Oliveira Costa, o advogado requereu o acesso a todo o processo. O MP disse que não. O juiz concordou, acrescentando que o arguido teria acesso apenas às partes com as quais foi confrontado no primeiro interrogatório judicial. Ora, dois tribunais superiores, Relação e Constitucional, foram chamados a pronunciar-se. E concordaram com o entendimento do juiz de instrução.

**Accionistas sob investigação**

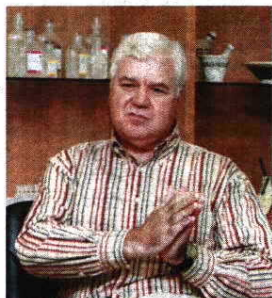
**Grupo restrito pode vender acções à SLN por preço acima do mercado**

José Oliveira Costa rubricou, com um grupo restrito de accionistas, contratos de compra de acções por parte de empresas do grupo Sociedade Lusa de Negócios (SLN), os quais estabelecem preços bem acima do mercado. Os acordos entre o antigo presidente do BPN e alguns accionistas estão a ser investigados pelo Ministério Público.

"Indicia-se que o arguido subscreveu diversos acordos em que atribuía a terceiros direitos de venda de acções e assumia, em nome de sociedades do grupo, a obrigação de compra dessas acções por um valor unitário garantido superior ao valor de mercado", lê-se nas

alegações do procurador Rosário Teixeira, que estão no acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, que manteve a prisão preventiva a José de Oliveira Costa. Segundo o responsável pela investigação, com os contratos, Oliveira Costa pretendia aliciar investidores, "que eram levados a subscrever a aquisição de acções, já com a promessa de que, decorrido certo período de tempo, as mesmas seriam recompradas por um preço superior".

Ora, com esta prática, ainda de acordo com a investigação, há suspeitas de benefício a pessoas do seu círculo privado. O MP dá como exemplo a recompra de acções à



Empresário Joaquim Coimbra

empresa Voilpart, ligada a Luís Caprichoso, ex-administrador do grupo e já constituído arguido. Houve pagamentos superiores a 20 milhões de euros.

"Tais contratos de opção de compra foram distribuídos conforme as conveniências do passado a accionistas do grupo, caso de Adriano Marins, António Veloso e Joaquim Coimbra", revela Rosário Teixeira.

Nos contratos assinados com os accionistas, há uma cláusula que afastaria a tal opção de compra: uma eventual entrada em bolsa do grupo SLN. Porém, tal não convence os investigadores: "É um facto de impossível realização, representando não mais do que uma encenação, de forma a garantir a obtenção de um ganho por terceiros." Para o procurador, são vantagens "injustificadas" e que irão repercutir-se futuramente nas contas do Grupo Sociedade Lusa de Negócios. ■

**Alguns dados do processo BPN**

A detenção do antigo presidente foi o primeiro passo de uma investigação do Departamento Central de Investigação e Acção Penal, liderado por Cândida Almeida.

**Dois arguidos**

O primeiro foi Oliveira Costa, antigo presidente do BPN. Encontra-se detido no Estabelecimento Prisional da P.J. Recentemente, Luís Caprichoso, antigo administrador, informou o Parlamento de que também é arguido.

**Quatro meses**

Os documentos recolhidos por Miguel Cadilhe e pelo Banco de Portugal foram fundamentais para prender Oliveira Costa. Em Novembro, o juiz de instrução Carlos Alexandre ordenou a sua detenção. A Relação de Lisboa confirmou.

**Crimes**

São vários os crimes em causa no caso BPN: abuso de confiança, infidelidade, branqueamento de capitais, fraude fiscal que, caso resultem em condenação, podem dar cadeia. Falta saber se há provas para gestão danosa.

**Assistentes**

Dois empresas do Grupo Sociedade Lusa de Negócios constituíram-se como assistentes no processo. Por um lado, o banco, através do BPN SGPS, e a parte não financeira do grupo, a SLN SGPS. O juiz autorizou.

**Audições**

Pela Comissão Parlamentar de Inquérito já passaram 30 pessoas, as quais, à excepção de Oliveira Costa, prestaram depoimento. A investigação do Parlamento vai continuar. As inquirições podem chegar às 70 pessoas.





ID: 24268312

19-03-2009

# Presidente do BPN pagava dívidas ao fisco com contas de clientes

**Acusação.** DN revela todas as suspeitas de crimes que levaram à detenção de Oliveira Costa

José de Oliveira Costa tinha uma conta secreta no Banco Insular de Cabo Verde que apenas era designada como "A1": através dela, o antigo presidente do BPN retirou

nove milhões de euros para uso pessoal. O ex-patrão do banco nacionalizado é ainda suspeito de receber os depósitos em numerário de alguns clientes: num dos casos,

a verba serviu para pagar impostos. As contas eram depois compensadas com transferências de um *offshore*. No acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, a que o

DN teve acesso, o Ministério Público afirma ainda que o banqueiro transferiu, de uma assentada, um milhão de euros para a Suíça. **ACTUAL, págs. 2 e 3**

VEJA MAIS

- ▶ Vídeos - A ida ao Parlamento
- ▶ Fotos - A detenção de Oliveira Costa
- ▶ Especial - Toda a história do caso BPN